

ATA Nº. 23/2013

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal
de Vila Real de Santo António, realizada no dia
5 DE NOVEMBRO DE 2013.

Aos cinco dias do mês de novembro de 2013, em Vila Real de Santo António, na Sala de Atos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas nove horas, os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Filipe de Brito Sol Pereira**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **David Matias Murta**, **Célia Maria Marques da Rosa Paz**, em substituição de **Luis Miguel Cristo Salvador Salas**, e **José Estevão Correia da Cruz**, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40º. da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- **APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES;**
- **CONSTITUIÇÃO DE DOIS FUNDOS PERMANENTES A FAVOR DO CHEFE DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA, DR. DAVID MIGUEL VASQUES DA SILVA;**
- **FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS;**
- **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS;**
- **LANÇAMENTO DA DERRAMA;**
- **TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM;**
- **AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;**

- ALTERAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DE CÁLCULO DOS VOLUMES A FATURAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM SITUAÇÕES EXCECIONAIS;
- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – BAIRRO SOCIAL DA MANTA ROTA;
- CANCELAMENTO DO PACTO DE PREFERÊNCIA - LAUDINA DA ROSA PANITO;
- APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL – 4ª. RENOVAÇÃO – EVANGELINA ANTÓNIA MARIA;
- PEDIDO DE INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA DA PRINCESA, Nº. 97, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- RATIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ENTRE A TOMADA DE POSSE E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA;
- CONSTITUIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO ODIANA;
- PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DE MARIA CELESTE DA SILVA MIGUEL CRUZ;
- ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIÇÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO DA PROVA DE “TRIATLO/ TRI-IBERMAN” – FEDERAÇÃO DE TRIATLO DE PORTUGAL;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTA: - Verificou-se a ausência do Sr. Vereador Luis Miguel Cristo Salvador Salas, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respetiva falta.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 814.755,08 € (oitocentos e catorze mil setecentos e cinquenta e cinco euros e oito cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Vereador David Murta solicitou que lhe fosse disponibilizada a última versão do regimento.

Pelo Sr. Vereador David Murta foi apresentado um requerimento relativo ao recente fenómeno atmosférico de 25 de Outubro, onde em apenas 30 minutos de chuva muitas partes de VRSA, das Hortas e de Monte Gordo ficaram inundadas. O que leva a concluir que ou as obras mencionadas pelo Sr. Presidente não foram feitas ou foram mal executadas, requerendo “que lhes seja facultado um relatório técnico detalhado das obras efetuadas”, e um outro requerimento a solicitar “cópia do contrato assinado no passado dia 25 de outubro, entre a VRSA SGU – EM e o Hospital Particular do Algarve, para exploração e gestão do futuro Centro Internacional de Medicina Física e Reabilitação Luso-Cubano”, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

Apresentou ainda duas Propostas para serem incluídas na próxima reunião de Câmara, uma referente às “Atribuições de Números de Polícia”, em que requer informações relativas ao universo de números de polícia renumerados em todo o concelho, as razões que estão na origem da renumeração dos números de polícia e qual aposição do atual executivo municipal sobre a possibilidade de pagar as placas do número aos respetivos proprietários e propõe que a Câmara Municipal possa deliberar sobre a possibilidade de isentar os proprietários das taxas devidas pelo pedido de certidões, cujo processo de remuneração não seja da sua responsabilidade mas sim por deliberação do Município; e outra relativa a uma “Intervenção no Bairro Operário (Lazareto)”, nomeadamente a realização de um arruamento a sul do Bairro e respetivo pavimento, bem como da repavimentação dos arruamentos existentes, e melhoramento dos passeios, conforme plantas em anexo, documentos que foram lidas e ficarão apenas à ata.

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste órgão, a Câmara deliberou:

Por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente, por não ter estado presente, e dos Srs. Vereadores João Sol, David Murta, Célia Paz e José Cruz, por não pertencerem ao anterior executivo, aprovar a Ata nº. 19 da reunião ordinária realizada em 3 de setembro de 2013;

Por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores João Sol, David Murta, Célia Paz e José Cruz, por não pertencerem ao anterior executivo, aprovar a Ata nº. 20 da reunião ordinária realizada em 17 de setembro de 2013;

CONSTITUIÇÃO DE DOIS FUNDOS PERMANENTES A FAVOR DO CHEFE DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA, DR. DAVID MIGUEL VASQUES DA SILVA.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado a atribuição dos dois fundos permanentes no valor de 2000€ cada ao Dr. David Miguel Vasques da Silva, no âmbito das funções desempenhadas como Chefe de Gabinete, destinados a fazer face a despesas imprevisíveis e em que o seu não pagamento possa comprometer o bom funcionamento do Município nas classificações orçamentais 01.02.02.02.25.03 e 01.02.02.01.21, e que a atribuição do fundo produza efeitos a partir do dia 1 de novembro de 2013, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser fixada a taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis no valor de 0,8% para prédios rústicos, 0,8% para prédios não avaliados no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e 0,5% para prédios avaliados no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, de majorar em 30% a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados na zona histórica de Vila Real de Santo António e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata.

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS.

O Sr. José Cruz referiu que a CDU – Coligação Democrática Unitária sempre esteve de acordo que o Município ficasse com os 5% da participação variável dos sujeitos passivos. No entanto, de acordo com o novo código do IRS e com o agravamento da carga fiscal, sobretudo na classe média, a CDU entente que, nesta fase, não de deveria aplicar esta taxa.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada uma participação variável de 5% aos Sujeitos Passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida de deduções previstas no nº1 do Artigo 78º do CIRS e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata.

LANÇAMENTO DA DERRAMA.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o lançamento de uma derrama, no valor de 1.5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentado uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata.

Apresentou, ainda, o Partido Socialista, um requerimento a solicitar que lhes seja facultado um estudo financeiro do impacto das medidas fiscais em termos de receita para o Município, designadamente da Fixação das Taxas do IMI, da participação fixa no IRS e do lançamento da Derrama, que também foi lido e ficará anexo à ata.

TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a Taxa Municipal de Direito de Passagem para 2014 como compensação pelos direitos e encargos relativos à implementação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privados municipais. Ficou também aprovado que, em conformidade com o que é praticado por outros Municípios, e desde a sua criação, tendo em conta a recomendação da AMAL, que a taxa a vigorar para o ano de 2014 seja de 0,25% sobre cada fatura emitida para todos os clientes finais do Município de Vila Real de Santo António, e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, documento que faz parte integrante da presente ata.

AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, documento que faz parte integrante da presente ata, no sentido de:

1 – Autorizar o acréscimo, a título excecional, aos fundos disponíveis de outros montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

2 – Submeter a autorização prévia da Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal nos seguintes casos:

a) Compromissos que resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;

3 – A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

4 – A câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no Âmbito de contratação pública.

5 – O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2, a assumir, ou já assumidas desde o dia 14 de Outubro de 2013 (instalação da Câmara Municipal).

6 – Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

7 – Submeter a autorização prévia da Assembleia Municipal a assunção de compromissos, por parte da Câmara Municipal considerados urgentes e inadiáveis, nomeadamente no âmbito das seguintes matérias:

- Refeições escolares;
- Transportes escolares;
- Apoio social e alimentar;
- Editais (de publicações legalmente exigidas)
- Desinfestações;
- Resolução de situações descritas pela proteção civil como situações que põem em causa a segurança e salubridade pública;
- Manutenção:
 - i) Viaturas;
 - ii) Edifícios;
 - iii) Maquinaria;
 - iv) Informática;

v) Arcas frigoríficas;

- Material de armazém:

i) Papel;

ii) Toner;

iii) Sacos para lixo e demais meios para a operacionalização deste serviço;

- Contratação de serviços em imóveis Municipais (públicos ou privados) que ponham em causa a segurança e a salubridade pública;

- Iluminação Pública;

- Plataforma de contratação pública;

- Fundos de manio.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata, que refere sinteticamente que com esta proposta está novamente a ser retirado o direito à participação dos eleitos locais, seja na Câmara Municipal seja na Assembleia Municipal.

Pelo Sr. Presidente e subscrita pelos Srs. Vereadores Maria Conceição Cabrita, João Sol e João Rodrigues, foi efetuada a seguinte declaração de voto:

“É lamentável, diz o Sr. Presidente, que o Partido Socialista, com apenas 23% de votos nas últimas eleições autárquicas, e depois de recusar aceitar pelouros, no seguimento da proposta apresentada na última reunião de Câmara, queira agora retardar a Câmara Municipal de desenvolver procedimentos nos termos da Lei, de forma a resolver, de forma célere e imediata, os problemas dos munícipes.”

ALTERAÇÃO PRESSUPOSTOS DE CÁLCULO DOS VOLUMES A FATURAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM SITUAÇÕES EXCECIONAIS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser autorizado que em todas as situações que se enquadrem no ponto 4 da Proposta, após a regularização da situação que lhe deu origem e devidamente validado pelos serviços de fiscalização da Entidade Gestora do serviço águas, a faturação dos serviços na sua componente variável tenha como base o volume médio de consumos dos últimos 6 meses, documento que faz parte integrante da presente ata.

EXERCICIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – BAIRRO SOCIAL DA MANTA ROTA.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito de preferência no imóvel sito no Bairro Social da Manta Rota, bloco A – fração A, autorizando a sua alienação pelo valor de 45 mil euros, documento que constitui parte integrante da presente ata.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi referido que a CDU – Coligação Democrática Unitária se abstém, uma vez que o relatório médico é pouco conclusivo e as mais-valias são elevadas, para tão curto espaço de tempo.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apenas à ata, na qual referem que não pondo em causa a veracidade dos factos, designadamente sobre a doença da filha da requerente, não podem contudo, deixar de mencionar que se tratará de uma casa de habitação social que foi vendida a um preço simbólico (2.873,98 €), e como tal deve ter-se sempre em linha de conta que as casas de habitação social nunca devem servir para transações imobiliárias. Habitações sociais que tanto carece o concelho de Vila Real de Santo António.”

Pelo Sr. Presidente e subscrita pelos Srs. Vereadores Maria Conceição Cabrita, João Sol e João Rodrigues, foi efetuada a seguinte declaração de voto:

“A venda de casas de habitação social acontece há muitos anos nesta Câmara Municipal. Foi uma prática que se iniciou com o Partido Socialista a governar a Câmara Municipal, pelo que tem que haver equidade nas intervenções efetuadas pelo Partido Socialista.”

CANCELAMENTO DO PACTO DE PREFERÊNCIA - LAUDINA DA ROSA PANITO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser ratificado o ato de autorização do cancelamento do pacto de preferência, registado sob a inscrição Ap. 6 de 2006/05/29, do prédio urbano, sito na Rua D. Francisco de Almeida, n.º 78, na freguesia de Monte Gordo e concelho de Vila Real de Santo António, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António com o número 1791/20060529, documento que constitui parte integrante da presente ata.

APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL – 4ª. RENOVAÇÃO – EVANGELINA ANTÓNIA MARIA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado alargamento excecional do apoio ao Arrendamento Habitacional durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 30% do valor da renda, com fundamento no teor da Informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentado uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata, na qual referem que tendo em conta a informação técnica à proposta votam favoravelmente, considerando, no entanto, que estas situações devem ser analisadas como um todo e não de forma casuística, pelo que requerem uma listagem, com a respetiva avaliação técnica, de todos os arrendamentos subsidiados, identificando-se Agregado familiar, tipologia da habitação, montantes da renda, taxas de comparticipação, prazo de arrendamento e outros elementos relevantes.

O Sr. Vereador José Cruz diz que se a Sra. Evangelina já beneficiou durante dois anos de apoios da renda da casa a 100% e um terceiro ano com 30%, entende que não pode voltar a ser apoiada. Assim, não entende por que motivo a Câmara Municipal propõe a aplicação de um regime excecional e não a atribuição de uma habitação social, tendo em conta a proposta técnica da Ação Social. Refere ainda que desconhecia que se podiam apoiar rendas de valor tão elevado.

O Sr. Presidente diz que as obras da habitação onde a Sra. Evangelina vai habitar ainda demoram, pelo que se resolveu este assunto desta forma e no próximo ano se partirá a solução definitiva.

**PEDIDO DE INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE
PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA DA PRINCESA, Nº. 97, EM VILA REAL
DE SANTO ANTÓNIO.**

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Maria da Conceição Cabrita, João Sol e João Rodrigues, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito de preferência na venda do imóvel, inscrito na matriz predial sob o artigo 173, sito na Rua da Princesa, nº. 97, em Vila Real de Santo António, documento que constitui parte integrante da presente ata.

**RATIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ENTRE A TOMADA DE POSSE E DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIA NO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA.**

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal ratificar os procedimentos constantes da listagem anexa, com fundamento no teor da Informação do Chefe da Divisão de Atividades Económicas, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

CONSTITUIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO ODIANA.

- Pelo Sr. Presidente foi apresenta e lida a sua Proposta no sentido da Câmara Municipal designar e propor à Assembleia Municipal, como representantes da autarquia, para a constituição dos Órgãos da Odiana, os elementos Luís Filipe Soromenho Gomes, José Carlos Costa Barros, João Manuel Lopes Rodrigues, António Manuel Cipriano Cabrita e David Miguel Vasques da Silva, documento que constitui parte integrante da presente ata.
- O Sr. Vereador David Murta perguntou se o Sr. Presidente considera que os nomes propostos são representativos da correlação de forças resultante das eleições autárquicas. Para o Partido Socialista a lista apresentada não representa o resultado das eleições, pelo que propõe a inclusão de elementos do Partido Socialista e mesmo da CDU.
- O Sr. Presidente diz que apresentou um convite às forças políticas com representação na Câmara no momento e local próprios. Os Partidos da oposição não aceitaram, pelo que esta proposta foi efetuada partindo desse pressuposto.
- O Sr. Vereador David Murta disse que esse tipo de propostas não pode ser feito de forma imediata e em segundos, devendo ter sido feitas prévia e atempadamente, uma vez que necessitam de reflexão e análise cuidada.
- O Sr. Presidente disse que nesse caso o Partido Socialista se devia ter pronunciado solicitando algum tempo para pensar.

- Face ao exposto, em alternativa, pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, foi apresentada e lida uma Proposta no sentido de ser incluído um elemento do Partido Socialista nos representantes a indicar à Assembleia Municipal, para a constituição dos Órgãos Sociais da Associação Odiana, designadamente o primeiro eleito à Câmara Municipal, documento que tem idêntico tratamento ao anteriormente citado.

= Postas à votação, em alternativa, a Proposta “A” do Sr. Presidente, teve os votos favoráveis do proponente e dos Srs. Vereadores Maria Conceição Cabrita, João Sol e João Rodrigues, pelo que foi aprovada.

A Proposta “B”, dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, teve os votos favoráveis dos proponentes e do Sr. Vereador José Cruz, pelo que foi preterida.

PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DE MARIA CELESTE DA SILVA MIGUEL CRUZ.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o pagamento do pedido de indemnização apresentado por Maria Celeste da Silva Miguel Cruz, no valor das faturas apresentadas, a saber, cento e vinte euros (120), com fundamento no teor da informação da Divisão de Assuntos Jurídicos e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIÇÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO DA PROVA DE “TRIATLO/ TRI-IBERMAN” – FEDERAÇÃO DE TRIATLO DE PORTUGAL.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser ratificado o seu despacho, referente à apreciação do pedido e emissão de licenciamento da prova de “Triatlo / Tri-Iberman”, nos termos do Regulamento Geral das Taxas Municipais, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Registaram-se as intervenções dos munícipes:

Sr. Aníbal Martins, que se pronunciou sobre a sua intervenção no início da reunião. Disse que o seu objetivo é assistir à reunião e escutar os assuntos de forma correta, pelo que não devem os munícipes sair das reuniões sem escutar devidamente as intervenções realizadas, pois a população deve ter conhecimento das deliberações municipais. Manifestou ainda solidariedade ao munícipe presente, no seguimento dos factos ocorridos no início da reunião.

Sra. Francisca Gomes Godinho, sobre a situação da sua habitação, reclamando que a Câmara Municipal não a tem apoiado. Mencionou que necessita de intervenções em casa e mobiliário novo. O Sr. Presidente referiu que a Câmara Municipal tem regras e uma ordem sequencial de intervenções, pelo que há outros pedidos para serem atendidos e de mais urgente intervenção, pelo que a seu tempo será avaliado o seu caso.

MINUTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas dez horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, _____, Chefe de Divisão das Atividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.
